

DOS ESTUDOS FEMINISTAS ÀS EXPERIÊNCIAS TRANS: Contribuições Teórico-Científicas Dos Estudos De Gênero Para A Proeminência Das Vivências Trans

*FROM FEMINIST STUDIES TO TRANS EXPERIENCES: THEORETICAL-SCIENTIFIC CONTRIBUTIONS
FROM GENDER STUDIES TO THE PROMINENCE OF TRANS EXPERIENCES*

Tarcisio Dunga Pinheiro¹
Igor Fidelis Maia²

RESUMO:

O presente artigo objetiva discutir, a partir dos estudos de gênero e sexualidade, os principais aportes e contribuições que impulsionaram o surgimento das categorias 'travesti' e "transsexual" da maneira que estas são concebidas no Brasil. Para isso, serão apontadas e problematizadas as características basilares que as identidades coletivas do século XX fizeram eclodir na academia e nos movimentos sociais e políticos, entre as quais se destacam o movimento feminista, o levante de Stonewall e as políticas públicas calcadas nas campanhas de prevenção a AIDS. Por fim, serão elencadas as singularidades que permeiam as travestilidades e transexualidades e suas intersecções com as demais (trans) categorias.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Experiência Trans. História.

ABSTRACT:

The present article aims to discuss, from the studies of gender and sexuality, the main contributions and contributions that have promoted the emergence of the 'transvestite' and 'transsexual' categories in the way they are conceived in Brazil. In order to do so, the basic characteristics that the collective identities of the twentieth century have hinted at in academia and in social and political movements, such as the feminist movement, the uprising of Stonewall and the public policies based on prevention campaigns, will be pointed out and problematized to AIDS. Finally, the singularities that permeate travestilities and transsexualities and their intersections with the other (trans) categories will be listed.

Keywords: Gender; Sexuality; Transgender; History.

¹ Doutorando e Mestre em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN.

² Doutorando em Ciências Sociais – PPGCS/UFBA; Mestre em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN.

INTRODUÇÃO

O bojo constitutivo deste artigo ancora-se em analisar teoricamente quais os fatores sociais, históricos e políticos que influenciaram a emergência das categorias “travesti” e “transexual” (ou experiências trans³) da maneira que são concebidas no Brasil. Tal análise justifica-se pela crescente e atual visibilidade que as identidades de gênero em voga têm obtido em cenário nacional.

Embora desde o início da década de 1990 haja uma pujante abordagem acadêmica da temática referida nas áreas das humanidades, sobretudo nas Ciências Sociais, é perceptível que a vivência e o cotidiano das experiências trans no Brasil são abarcados por elementos que denotam um processo de cidadania precária ou gambiarra legal ⁴(BENTO, 2014). A maneira mais clara de ilustrar essa afirmativa é o fato de o Brasil ser o país recordista em assassinatos de travestis e mulheres transexuais no mundo, concentrando mais de 50% (cinquenta por cento) de todas as mortes dessa natureza⁵.

³ O termo “trans”, referindo-se às categorias de gênero, será utilizado neste ensaio para identificar prioritariamente travestis e transexuais. Embora as experiências trans compreendam uma gama de outras identidades e vivências de gênero – crosdressers, drag queens, drag kings, transgêneros –, as travestis e as transexuais compreendem o foco analítico principal das indagações incutidas no artigo.

⁴ “Cidadania precária” e “gambiarra legal” são alcunhas utilizadas pela socióloga Berenice Bento para descrever a maneira como alguns dos direitos destinados às pessoas trans no Brasil são outorgados. De acordo com a autora, há no país um modus operandi que desvela um processo de conta-gotas referente à conjuntura política que representa os direitos e conquistas à população considerada excluída. Para uma melhor compreensão ver Bento (2014).

⁵ Informação disponível no banco de dados do Grupo Gay da Bahia. Para mais informações acessar:

Neste sentido, o texto utiliza marcadores sócio-históricos que impulsionaram a emergência dessas categorias no país. Serão apontadas e problematizadas as características basilares que as identidades coletivas do século XX fizeram eclodir na academia e nos movimentos sociais e políticos, entre as quais se destacam o movimento feminista, o levante de Stonewall e as políticas públicas calcadas nas campanhas de prevenção a AIDS. Por fim, serão elencadas as singularidades que permeiam as travestilidades e transexualidades e suas intersecções com as demais (trans)categorias.

HISTÓRIA DAS MULHERES, GÊNERO E DOMINAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Explorar o campo da história das mulheres é imprescindível para o entendimento das discussões contemporâneas que se pautam nos estudos de gênero e sexualidade. A história das mulheres desempenhou destaque substancial para o feminismo, enquanto movimento político. Scott (1992) reitera como esses conceitos se entrelaçaram e exerceram mútua sustentação. Afirma:

A conexão entre a história das mulheres e a política [leia-se movimento feminista] é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais da origem deste campo, a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicaram uma história que estabelecesse heroínas, prova de atuação das mulheres, e também

<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/2015-2/>. Acesso em 12 nov. 2016.

explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. (SCOTT, 1992, p. 66).

Continua a autora, afirmando que esse anseio foi atendido, assegurando-se uma dupla troca de interesses. Assim,

Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade mais ampla. Houve, assim, uma conexão direta entre política e intelectualidade. (SCOTT, 1992, p. 66).

Essa ação conjunta, contudo, não ofuscou velhos problemas relacionados aos ideais feministas. É sabido que, mesmo após estas ingressarem na academia e se esforçarem no cenário político, velhos dilemas continuaram a emergir. Os preconceitos não deixaram de existir, ao contrário, passaram a ocorrer nos espaços acadêmicos e profissionais. As pesquisas desenvolvidas originaram uma nova identidade coletiva de mulheres que era identificada por uma experiência de discriminação baseada na diferenciação sexual, onde as historiadoras eram demarcadas por necessidades e interesses particulares que não as identificavam com os historiadores. Em suma, ser homem historiador acarretava uma série de privilégios e benefícios negados às historiadoras mulheres, formando uma estrutura hierárquica de poder caracterizada pelo sexo. Essa estrutura de poder pautada numa supremacia masculina, todavia, intensificou a luta das historiadoras nas universidades. Visto que, partindo desse contexto de submissão, passaram a desafiar e subverter aquelas regras, questionando a condição naturalizada e dada como tácita.

Esse momento é determinante para as historiadoras de mulheres, já que estas chegaram à conclusão de que estudar “mulheres”

como uma categoria homogênea ofuscava um grande, e talvez principal, problema: qual a contribuição da categoria “homens” nessa circunstância histórica? Scott (1992) pondera que

A emergência da história das mulheres ficou então entrelaçada com a emergência da categoria das “mulheres” como uma identidade política, e esta foi acompanhada por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina. Como as “mulheres”, os “homens” julgaram-se um grupo de interesse homogêneo cuja resistência às exigências de igualdade foi atribuída a um desejo intencional de proteger o poder e os recursos que sua dominação lhes proporcionava. (SCOTT, 1992, p. 84).

Apreende-se, destarte, que vislumbrar os efeitos da oposição binária macho versus fêmea era o principal componente para se discutir as tessituras inerentes à dominância masculina. Assim, o estudo de mulheres passa, aos poucos, a adotar o termo gênero como categoria de análise. Podendo, assim, pautar debates que se abeberavam não somente na historicização e numa literatura descritiva de mulheres, mas em todo um contexto de submissão social imposto e pautado na diferença biológica.

Essa análise biologicista e essencialista que propõe uma estrutura hierárquica de dominação é discutida pelo sociólogo Pierre Bourdieu, quando este pondera que

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade

biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, como divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2003, p. 19).

Nessa transição, é fundamental o destaque que o construtivismo exerce sobre os estudos de gênero e sexualidade. Nessa corrente teórica os gêneros são apreendidos como produto das relações históricas, em contraponto ao essencialismo, pressuposto teórico que vincula os gêneros ao determinismo biológico (HEILBORN, 1996). O léxico “gênero”, utilizado para identificar um campo específico de investigação, passa a abarcar várias outras categorias, tais como classe, cultura, poder, diversidade, entre outras. Dessa maneira, o campo das ciências sociais se apropria do seu uso, possibilitando que o mesmo indique diversas construções culturais desacopladas do modelo engendrado proveniente da dicotomia macho/fêmea, homem/mulher.

INFLUÊNCIAS DA CONTRACULTURA: O LEVANTE DE STONEMALL

O final da década de 1960 foi marcado pelos chamados movimentos alternativos ou contraculturais. Cada um deles abeberava-se em uma causa – mulheres, negros,

estudantes, homossexuais, hippies. Uma característica era comum a todos eles, ambos estavam dispostos a romper com o modelo tradicional, heterodoxo e estruturalmente pré-determinado que prevalecia até então. Entre eles o movimento gay, que teve como principal estopim o Levante de Stonemall, é um dos que mais se destacam. É importante ressaltar que o período supracitado corresponde ao mesmo em que houve as principais reivindicações do movimento feminista, discutido anteriormente. O feminismo, que deu origem as discussões de gênero como categoria de análise, contribui expressivamente para os estudos sobre a população homossexual (SCOTT, 1992).

Na madrugada do dia 28 de junho de 1969, um grupo formado por lésbicas, gays e travestis norte-americanos reuniu-se, como sempre faziam, no bar Stonemall Inn, situado na cidade de Nova York. Aquele era conhecido como o local de “libertação gay” da cidade, visto que comportava diversos atrativos destinados ao público homoafetivo. Por se tratar de um “gueto gay”, o bar era alvo constante de represálias acometidas por parte da polícia. Essas batidas, aliás, ocorriam com bastante frequência e sempre eram respeitadas pelos frequentadores do estabelecimento.

Porém, naquela madrugada, cansados das arbitrariedades policiais, um grupo de travestis reagiu de uma maneira que não era esperada por ninguém. O que deveria ser apenas mais uma batida rotineira se tornou um confronto histórico. Copos, garrafas, pedras e até moedas foram arremessados na direção da polícia. Péret (2011) descreve uma das entrevistas cedidas ao jornal Village Voice⁶ no período:

⁶ Informação disponível no banco de dados do Grupo Gay da Bahia. Para mais informações acessar:

De repente, a polícia chegou e as coisas esquentaram. Três das mais descaradas travestis – todas de drag – foram empurradas para dentro da viatura, assim como o barman e outro funcionário, sob um coro e vaias da multidão. Alguém gritou, incentivando o povo a virar o carro da polícia. Nisso, saía do bar uma lésbica, que começou uma briga com os policiais. Foi nesse momento que a cena se tornou explosiva. Latas e garrafas de cerveja começaram a ser atiradas em direção às janelas e uma chuva de moedas foi lançada sobre os policiais [...] (PÉRET, 2011, p. 29).

Cabe destacar que o confronto tomou, aos poucos, proporções gigantescas e inimagináveis. Essas, discutidas e abordadas por Péret (2011). A autora reitera:

Dos prédios, moradores também jogaram objetos na polícia. Conta-se que um parquímetro foi retirado da calçada e lançado contra as janelas do vidro do bar. O confronto com a polícia durou quatro dias. Várias pessoas ficaram feridas e alguns homossexuais foram presos. (PÉRET, 2011, p. 29).

O levante ou rebelião de Stonewall, como ficou mundialmente conhecido, delimitou o ponto de partida para a luta pelo reconhecimento e cidadania de gays, lésbicas e travestis. Embora o saldo do confronto não tenha sido o esperado, aquele 28 de junho ficou conhecido como o dia em que a comunidade homoerótica decidiu dizer chega às batidas, aos desdenhos, subornos, humilhações e desmoralizações sofridas por muito tempo. Outrossim, Stonewall assinalou a possibilidade de se pensar em políticas

públicas voltadas para uma parcela vitimizada da população. O confronto épico significou a irrupção do movimento de defesa dos direitos homossexuais nos Estados Unidos e, posteriormente no mundo (PÉRET, 2011).

As consequências do episódio puderam ser percebidas pouco tempo após o ocorrido. Foi criado o Gay Liberation Front (GLF), o grupo pioneiro na luta por igualdade e pelos direitos civis de lésbicas e gays. A palavra gay foi incluída no dicionário homossexual, caracterizando, por conseguinte, a emergência de uma nova identidade política. As primeiras pautas logo apareceram. O termo “homossexualismo” foi imensamente criticado pelos ativistas, uma vez para estes o sufixo – ismo fazia alusão à enfermidade e deveria ser substituído pela expressão “homossexualidade”. Todas essas circunstâncias possibilitaram a criação de outros grupos semelhantes ao GLF, todos baseados nas questões provenientes da rebelião de Stonewall. Após o acidente no bar Stonewall Inn despontaram, a princípio nos arredores de Nova York e depois em diversas partes do mundo, incontáveis associações e grupos com intuito de hastear a bandeira do arco-íris, símbolo identitário do movimento. O bar da periferia da cidade de Nova York havia germinado o estopim elementar de uma nova conjectura político-organizacional. Concebeu-se o início de um paradoxo crucial, onde todos se sentiram iguais por serem diferentes. Iguais por estarem dispostos a romper com o padrão heteronormativo da sociedade (RIBEIRO, 2010).

O grito pela liberdade gay havia sido dado ao mundo, porém não foi ouvido de imediato no Brasil. Cabe enfatizar que o país atravessava um dos momentos mais delicados da sua história, a ditadura militar. A atmosfera era tensa e as possibilidades de liberdade de expressão eram quase inócuas

<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/2015-2/>. Acesso em 12 nov. 2016.

⁷ Village Voice (1969).

devido à instauração do Ato Institucional nº5. A ocasião não possibilitou que fossem reverberadas as ideias precursoras oriundas de Stonewall no cenário nacional, ofuscando grande parte dos acontecimentos inerentes aos direitos civis dos homossexuais. O valor simbólico do feito ecoava em diversas partes do mundo, porém nossa nação permanecia sem ouvir e perceber essas mensagens.

A ditadura concebeu uma espécie de fosso ideológico, exilando os brasileiros dos principais eventos em defesa dos direitos homoafetivos que circundavam várias localidades do planeta. Sem subsídios informativos, invariavelmente vigiados e censurados pelo regime militar, os homossexuais se deparavam com uma ampla dificuldade de expressar livremente sua sexualidade (PÉRET, 2011). Os frugais informes acerca da temática no período mencionado eram introduzidos no Brasil através da imprensa homoeroticamente inclinada, que pouquíssimo veiculava as notícias. Todas com algum tipo de eufemismo que descaracterizava o real sentido sociopolítico em questão. Ora, se a introdução de tais notas no país era tão vigiada, imagina-se o quão árduo era a distribuição das mesmas.

A inserção das discussões incutidas na ideologia dos direitos civis de homossexuais só ocorreu no Brasil após uma década da rebelião de Stonewall. Conforme aponta Ribeiro,

No Brasil, foi preciso esperar dez anos para que os primeiros movimentos pró-gay começassem a dar as caras, no início dos anos 1980: em São Paulo, com a fundação do histórico grupo Somos; no Rio, com o jornal *Lampião*; em Salvador com a criação do Grupo Gay da Bahia, o primeiro a conseguir registro em cartório. Eram grupos que passavam a dar mais visibilidade aos não-heterossexuais e lutavam pelo reconhecimento de seus plenos direitos. (RIBEIRO, 2010, p. 155).

É salutar realçar que a imprensa, representada pelos jornais impressos, foi o instrumento nevrálgico de disseminação das concepções dos direitos civis homoeróticos em território nacional. Embora ainda estivéssemos no final da ditadura militar, jornalistas e autores que assumiam uma postura positiva com a identidade gay ou eram assumidamente homossexuais incorporaram os periódicos na rotina diária de algumas das grandes cidades brasileiras.

Notoriamente baseados e arraigados nos ideais de contracultura, nasceram jornais como *O Lampião da Esquina* (1978-1981), *Beijo* (1977) e *O Pasquim* (1969-1991). Todos estes abarcados por projetos gráficos e editoriais que deixaram sua assinatura histórica na imprensa brasileira e sedimentaram o espaço inerente a incorporação dos discursos sobre sexualidade no dia a dia dos leitores. Apesar de apenas *O Lampião da Esquina* ser o único que explicitava exercer uma militância acerca dos direitos políticos dos homossexuais, outros como *Beijo*, por exemplo, já indicavam o anseio de inserção do ideário da contracultura. Por consequência, debatiam e problematizavam questões ligadas à sexualidade (PÉRET, 2011).

DO COLORIDO DO ARCO-ÍRIS AO CINZA DA ESTIGMATIZAÇÃO: AS CONSEQUÊNCIAS DA AIDS

O final do século vinte, conforme apontado anteriormente, foi o marco representativo de uma abertura, mesmo que singela, voltada para a população homossexual. O valor simbólico de Stonewall parecia lançar as bases para a legitimação das práticas e comportamentos de uma nova identidade política que aflorava e ganhava

força gradativamente. O arco-íris tomava conta das ruas dos inúmeros arredores do mundo, sobretudo dos Estados Unidos. As associações que se debruçavam sobre as causas da diversidade sexual viam seus objetivos serem pautados no noticiário com um pouco mais de credibilidade do que antes.

Na contramão de tudo isso, quando tudo parecia seguir um rumo orquestrado que traria as benesses almeçadas, um fato marcante assolou os planos e as conquistas do movimento. Não se imaginava que a notoriedade que os gays e aqueles que evocavam o amor livre da contracultura seria massacrada pela descoberta de um vírus cujo núcleo de transmissão se dava, entre outras formas, pelo contato sexual. A Aids⁸ representou um crepúsculo em tudo que se construía até então. Paradoxalmente, foi nos Estados Unidos, local onde o sonho de liberdade surgiu, que os primeiros laudos foram confirmados. O vírus logo se tornou uma epidemia e difundiu-se para os demais territórios. Sentimentos de atrevimento e emancipação foram substituídos por medo, vulnerabilidade, sofrimento. A enfermidade foi atrelada aos homoafetivos, dessa vez sem eufemismos.

Logo as informações referentes à doença chegaram ao Brasil, assim como o vírus HIV⁹. A imprensa gay brasileira que adotava uma postura provocativa, insubordinada, latente, irônica e questionadora, emudeceu (PÉRET, 2011). Crises e desencontros ideológicos passaram a ser constantes dentro do movimento em prol da diversidade sexual. Sabia-se que existia uma nova e devastadora doença, mas criaram-se muitas informações

incompatíveis com ela. Essa falta de dados verídicos provocou incontáveis impactos para a comunidade homossexual.

Trevisan (2000) fez alguns apontamentos que reitera o estado de caos para os gays brasileiros. Acentua:

Em São Paulo noticia-se que um casal de bichas se suicidou por medo da Aids. Depois de uma entrevista publicada na imprensa, a Dra. Valéria Petri, especialista em dermatologia, passa a receber uma média diária de 200 telefonemas locais e interurbanos, com gente aflita pedindo informações sobre a doença. [...] Um mês depois, já há oito casos em todo o estado, com três óbitos. Descobre-se que, na verdade, a doença já começara a fazer vítimas desde 1982, sem que os óbitos tivessem atraído atenção pública. [...] No gueto homossexual há um silêncio cada vez mais pesado. Sua vida noturna se esvazia, nas cidades mais atingidas como São Paulo. (TREVISAN, 2000, p. 430).

A Aids virou sinônimo de “peste gay”. Péret (2011) indica os absurdos relatados e criticados por João Silvério Trevisan na obra *Devassos no paraíso*¹⁰ que emergiam em todos os estados do país. Na cidade de Florianópolis, uma mulher foi proibida de frequentar a igreja por ter um filho soropositivo. No Pará, os garimpeiros considerados gays sofriam humilhações públicas e depois eram expulsos da região. O jornal *A Tarde*, no estado da Bahia, noticiou um editorial que sugeria uma matança conjunta para “erradicar” a doença (PÉRET, 2011). O advento da AIDS representou, também, a multiplicação dos estudos sobre homossexualidade no Brasil no início da década de 1990, tanto por brasileiros,

⁸ O léxico “Aids” é a forma abreviada para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, originária do inglês.

⁹ Vírus da Imunodeficiência Humana.

¹⁰ TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

quanto por estrangeiros. A maioria representada por antropólogos que vislumbravam analisar os aspectos sexuais dicotomizantes (ativo/passivo), bem como as particularidades de ordem social (classe, geração, etnia) (CARRARA; SIMÕES, 2007).

Apenas no final dos anos 1980 os laudos do Ministério da Saúde passaram a constatar que a epidemia também assolava pessoas heterossexuais. Por conseguinte, a estigmatização indissociada aos homossexuais deram lugar ao início das primeiras campanhas e políticas públicas voltadas à prevenção do vírus. Essa mobilização trouxe uma vantagem indelével para a comunidade gay, visto que todos os esforços públicos passaram a trabalhar com o intuito de combater “situações de risco”, deixando para trás a expressão “grupos de risco” que fazia alusão aos homoeróticos.

Finalmente o país passou a organizar-se para o enfrentamento da doença. As campanhas tornaram-se frequentes, bem como a disponibilização de medicamentos e a elaboração de procedimentos que efetuassem testes em longa escala. Tanto se fez que no ano de 1994 a Organização Mundial de Saúde (OMS) impunitou ao Brasil o título de referência mundial no tratamento de HIV/Aids (PÉRET, 2011).

Passada a fase crítica do turbilhão social, o movimento gay, que havia sofrido uma enorme desarticulação, volta a se ordenar e a organizar-se estruturalmente. Nesse momento surgem ONGs¹¹ que impulsionam as informações a respeito da necessidade do uso de preservativos independente da orientação sexual. Nesse entremeio foi inaugurado em São Paulo o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa), o primeiro da América Latina destinado ao acolhimento de pessoas

soropositivas. Esse contexto favoreceu, também, o surgimento dos primeiros grupos que problematizavam a causa gay, tais como o Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA, Somos/SP, Somos/RJ, Triângulo Rosa/RJ, Atobá/RJ, entre outros (GREEN, 2000).

Pouco tempo depois mais um marco foi calcado para exprimir a busca por reconhecimento. A partir de 1995 foram às ruas as primeiras paradas do orgulho gay, que não chegavam a aglutinar sequer algumas centenas de pessoas cantando palavras de ordem ao fundo de um carro de som, entretanto já contribuía com o anseio de visibilidade aos preceitos da diversidade sexual.

Neste mesmo período, uma grande discussão propaga-se dentro das articulações. Por mais que as lutas se voltassem para a ratificação da cidadania gay, o termo “gay” começa a ser questionado partindo do pressuposto que o mesmo alude a uma causa estritamente masculina/masculinizada. Homossexuais que não necessariamente homens ficariam, portanto, a margem das reivindicações e da identidade coletiva. Carvalho (2011) explica que a partir de 1994 o então denominado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) passa a atender como (MBGL) Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas. Igualmente, o Encontro Brasileiro de Homossexuais incorpora o adendo e adota o nome de Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, ambos os feitos na tentativa de reificação de uma “política inclusiva”.

Gontijo (2009) discorre a respeito desse complexo emaranhado de titulações atinentes ao sexo entre iguais. Pondera que

Homossexual, entendido, clubber, GLS, Emília, Barbie, Suzy, boy, michê, bofe, transexual, operada, travesti, traveca, mona, trava, “viado”, qua-qua-qua, bicha, mariconna, transformista,

¹¹ Forma abreviada Organização não Governamental.

caricata, dragqueen, sapatilha, sapatão, saboeira, baitola, qualira, boiola, drag king: esta lista, longe de ser exaustiva, registra termos que correspondem a uma diversidade de aparências corporais e de imagens de si designando homens e mulheres que, no Brasil, mantinham relações sexuais com homens e mulheres, respectivamente. (GONTIJO, 2009, p. 13).

Pegando carona nessa onda de ajustes de termos e conjunturas, entra em cena mais uma ponderação. Como introduzir as pessoas com identidades trans, que também não se sentiam contempladas, nessas adequações? Existia de fato mais uma categoria identitária a se pleitear?

“T” DE TRANSGREDIR? A PROEMINÊNCIA DAS (TRANS) IDENTIDADES

Fora salientado no início deste ensaio que objetivar-se-ia utilizá-lo para traçar uma linha cronológica que pudesse nos nortear com conceitos imprescindíveis como gênero, feminismo, homossexualidade, poder e dominação. Esta fundamentação foi uma tentativa de elucidar questões históricas centrais e determinantes para a fomentação do movimento LGBTQT no Brasil, mais especificamente aos “Ts”. Conforme debatido anteriormente, o léxico “gay” não comportava mais as demandas do movimento em prol da diversidade sexual. Em 1994 houve a introdução das lésbicas na alcunha de identificação.

Fora inferido também que, no levante de Stonewall, em 1969, travestis estiveram na linha de frente do confronto. Naquele período, no entanto, “travesti” não era um termo destinado para caracterizar uma categoria

identitária. Carvalho (2011) afirma que eram comuns expressões como “ter um travesti”, “estar travesti”, “momentaneamente travesti”. Essa era uma maneira de reproduzir a dicotomização “bicha/bofe”¹², uma vez que os gays “mais chamativos” travestiam-se na tentativa de aproximação com o feminino. Podemos exemplificar essa afirmativa com os opulentos bailes de fantasia e concursos nas noites (principalmente no carnaval) cariocas, onde eram julgadas as indumentárias de homens vestidos de mulher.

Alguns autores tecem comentários acerca de como as primeiras aparições de travestis surgiram no Brasil sem que fossem ligadas diretamente aos bailes de indumentárias. Green (2000) pontua que

Enquanto na década de 1960 os travestis podiam ser vistos apenas durante o carnaval ou nos espaços fechados dos clubes gays e dos shows de travestis, nas décadas posteriores houve uma proliferação acelerada de travestis pelas calçadas do Rio, de São Paulo e de outras grandes cidades, vendendo o corpo em troca de dinheiro. (GREEN, 2000, p. 379).

Na transição do “estar travesti” para o “ser travesti”, as zonas de prostituição exerceram papel incontestável no processo de ratificação identitária. Essa “proliferação acelerada” citada por James Green veio imbuída do processo de transformações corporais calcadas em procedimentos como a inserção de silicone nas nádegas e nos seios, preenchimentos faciais com botox, entre outros.

¹² Os termos “bicha” e “bofe” representam um modelo hierárquico gay (FRY, 1982) e significam ‘gay com trejeitos afeminados’ e ‘gay que adota uma postura mais masculinizada’.

Por estarem em zonas de risco e por caracterizarem um grupo de risco, as travestis chegaram à conclusão que algumas medidas deveriam ser tomadas para que seu reconhecimento enquanto uma classe com identidade própria fosse possível. Em maio de 1992, um grupo que se prostituía em Mauá, região portuária do Rio de Janeiro, se organizou com intuito de formar a primeira associação política de travestis da América Latina e a segunda do mundo (CARVALHO, 2011). Atendendo pelo nome de Associação de Travestis Liberados (ASTRAL), o grupo se formou com a proposta de reivindicar as truculências e prisões indiscriminadas da polícia para com as travestis, tanto da região de Mauá, como algumas da Lapa e de Copacabana, Rio de Janeiro.

Carvalho (2011) salienta que junto com a criação da ASTRAL foi implementado o projeto denominado “Saúde na Prostituição” para informar e prevenir os casos de DST/AIDS. Percebemos, portanto, que a doença foi um fator relevante para a criação de políticas públicas de combate à epidemia. Estava dado o primeiro passo rumo à inserção do “T” no movimento de identidades de diversidade sexual e de identidade de gênero.

DAS CALÇADAS DE PROSTITUIÇÃO AOS ASSENTOS DA ACADEMIA: NOVOS MATIZES DA(S) EXPERIÊNCIAS TRANS

Conforme mencionado, as esquinas de prostituição constituíram-se como os principais locais de sociabilização e trocas simbólicas entre travestis e mulheres transexuais. Entre final do século XX e o início

do século XXI algumas etnografias surgiram em diversos estados do Brasil tendo como foco empírico o universo das travestis e das mulheres transexuais, sendo a maioria realizada nas zonas de batalha¹³.

Benedetti (2005) abordou o valor simbólico desses espaços. Segundo o autor,

Os territórios de prostituição constituem um importantíssimo espaço de sociabilização, aprendizado e troca entre as travestis. Mesmo aquelas que exercem a prostituição apenas esporadicamente frequentam esses lugares. Há travestis que têm nas zonas de batalha o principal (e às vezes o único) ponto de encontro e convívio social. Assim, esses lugares são muito mais que espaços de trabalho e fonte de renda; é nele que muitas monas fazem amizade, compram e vendem roupas, objetos, materiais de montagem, perfumes, adornos, drogas, etc. É também nestes lugares

que aprendem as técnicas de transformação do corpo, incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (principalmente os sexuais), aprendem o habitus travesti. Esse é um dos importantes espaços em que as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente. (BENEDETTI, 2005, p. 115).

Uma das grandes viradas acadêmico-analíticas referentes aos estudos inerentes às experiências trans e aos estudos de gênero e sexualidade em geral inseriu-se no Brasil com a introdução dos estudos queer na academia.

¹³ Uma analogia aos territórios de prostituição feita por Marcos Benedetti em seu livro *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

A socióloga Berenice Bento, uma das principais teóricas queer nacionais, pensou o que denominou como "experiências trans", onde são elencadas expressões identitárias de gênero, tais como transexuais, travestis, drag-queens, dragkings. Em sua tese, defendida no ano de 2003, Bento objetivou interrogar e tecer questionamentos ao saber biomédico que naturalizou um discurso de ratificação de um/uma "transexual de verdade". Para isso, a autora centra-se nas próprias narrativas das interlocutoras para questionar a legitimidade do aparato médico-científico. Influenciada pelo arcabouço teórico de Michel Foucault, Bento alinha o aparato prático e discursivo que opera sobre os corpos e sobre as subjetividades das/dos transexuais de "dispositivo da transexualidade".

Após o pontapé inicial da socióloga, surgem outras pesquisas que se arvoram nas experiências trans. Emergem estudos como o de Guilherme Almeida¹⁴, calcado nas vivências das transmasculinidades. Do mesmo, despontam trabalhos como o de Flávia Teixeira¹⁵, que desvela algumas particularidades incutidas nos saberes e poderes que legitimam a transexualidade, com ênfase nos protocolos médico-jurídicos aos quais ela denominou de "protocolos da alma". Ainda nesta seara, ganham relevância aqueles ensaios que se debruçam sobre as campanhas de despatologização das identidades trans¹⁶.

¹⁴ ALMEIDA, Guilherme. 'HOMENSTRANS': Novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200012/22858>. Acesso em:

¹⁵ TEIXEIRA, Flávia. *Dispositivos de dor: saberes – poderes que (con)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume, 2013.

¹⁶ BENTO, B.; PELÚCIO, L. *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Rev.

O quadro contemporâneo da travestilidade e das demais identidades trans reverbera um quadro dicotômico e paradoxal, marcado, por um lado, pela violência letal acometida a tais identidades e, por outro, por conquistas, mesmo que paulatinas, dessa população. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), no ano de 2015 foi registrado um total de 318 (trezentos e dezoito) assassinatos de LGBTTs em cenário nacional, entre os quais 119 (cento e dezenove), ou 37% (trinta e sete por cento), direcionados às travestis e transexuais. O Brasil lidera isoladamente o ranking mundial de violência direcionada às pessoas trans, concentrando 50% (cinquenta por cento) de todos os crimes desta natureza em todo o planeta¹⁷.

Segundo o antropólogo Luiz Mott, presidente do GGB e responsável pela pesquisa, esses números revelam apenas a ponta de um iceberg, visto que os dados constituintes do relatório são coletados a partir de informações advindas de notícias veiculadas na grande mídia nacional (telejornais, internet, jornais impressos). Não há no Brasil nenhum órgão estatal que se responsabilize por crimes e violências das identidades LGBTT.

Na contramão dessa letalidade, alguns acontecimentos, mesmo que paulatinos, parecem representar uma nova configuração de cidadania. Em agosto de 2012 houve a formação da primeira travesti doutora do Brasil na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC¹⁸. Desde 2014, o

Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 02, ago. 2012.

¹⁷ Dados do Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil (2015). Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹⁸ Informação disponível em <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html?hash=3>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Ministério da Educação (MEC) regulamentou a utilização do nome social de travestis e transexuais no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no ano de 2016 o saldo foi a inscrição de 407 (quatrocentos e sete) pessoas trans.¹⁹

A dicotomia visibilidade/cidadania versus violências configura a principal bandeira das identidades trans na atual conjuntura nacional. A militância acadêmico-política parece constituir o método mais salutar de enfrentamento às opressões e asseguramento de um cotidiano menos insalubre e mais apazível. O que se espera é que, com os exemplos de superação, haja uma mínima modificação nos empecilhos aos requisitos básicos para uma vida digna, para que a luz do dia não represente a linha tênue que separe o viver e a subtração da vida.

¹⁹ Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2016-10-12/enem-2016.html>. Acesso em: 11 ago. 2017.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**– Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v.4, n.1, jan – jun. 2014, p. 165-182.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARRARA, Sérgio. SIMÕES, Júlio A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da homossexualidade masculina na antropologia brasileira. In: **Cadernos Pagu** 2007, nº 28, p. 65-99.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?**: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

FRY, Peter. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: EULÁLIO, Alexandreet al. **Caminhos cruzados**: linguagem, antropologia e ciênciasnaturais. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 65-80.

GONTIJO, Fabiano. **O rei momo e o arco-íris**: homossexualidade e carnaval no Rio de. Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

G1 CEARÁ. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html?hash=3>. Acesso em 11 nov. 2016.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade sexual. *In*: PARKER, R.; BARBOSA, R. **Sexualidades brasileiras**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1996.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

QUEM A HOMOLESBOTRANSFOBIA MATOU HOJE?. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2015s.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

RIBEIRO, Irineu Ramos. **A TV no armário**: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros. São Paulo, GLS, 2010.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil: da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ÚLTIMO SEGUNDO IG. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2016-10-12/enem-2016.html>. Acesso em: 11 ago. 2017.